

“Os súditos do Eixo”.
O Luteranismo na visão das autoridades brasileiras durante a
Segunda Guerra Mundial.

SÉRGIO LUIZ MARLOW*

Quando, no ano de 1942 o Brasil decidiu participar da Segunda Guerra Mundial, os imigrantes alemães e seus descendentes já estavam em solo brasileiro há mais de um século.

Os primeiros imigrantes que vieram para o Brasil após a independência foram os de origem alemã. Numa primeira fase, foram criados núcleos de colonização, com o surgimento da colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, no ano de 1824, e em Santa Catarina, no ano de 1829, com a colônia de São Pedro de Alcântara.

Na verdade, esta colonização fez parte de toda uma estratégia governamental de atrair imigrantes estrangeiros que fixassem assento e trabalhassem em território brasileiro. Segundo OLIVEIRA (2001:13), “no Brasil do século XIX, a política de imigração visava atrair estrangeiros para povoar e colonizar os vazios demográficos, o que permitiria a posse do território e a produção de riquezas”.

Além dos possíveis avanços econômicos que resultariam da vinda dos imigrantes estrangeiros para o Brasil, havia ainda um outro fator que foi preponderante para incentivar a imigração européia, qual seja, a possibilidade de “branqueamento” da população que residia no Brasil e que era basicamente composta de portugueses, índios e negros. Em especial OLIVEIRA (2001:10) entende que, “intelectuais brasileiros construtores da teoria do ‘branqueamento’ no início do século XIX – processo seletivo de miscigenação que dentro de três ou quatro gerações faria surgir uma população branca – viam a vinda do imigrante branco como um bem”.

Entretanto, e apesar de opiniões favoráveis à vinda dos imigrantes europeus para o Brasil, desde o início deste processo, críticas foram levantadas, em especial, à maneira como os grupos estrangeiros se fixaram e se distinguiram dos brasileiros natos. GERTZ (1998:13) lembra que “acusação repetida contra alemães e descendentes, desde o início da imigração de 1824, é o da não-integração. Esses colonizadores se manteriam à

* Professor da Faculdade Unida de Vitória/ES, doutorando em História Social na Universidade de São Paulo (USP).

margem da nação brasileira pela ausência de miscigenação, pela conservação da língua, dos costumes e do legado cultural em geral”.

Especialmente a partir da década de 1910, após a Primeira Guerra Mundial, e durante os anos 20, surgiram e cresceram movimentos nacionalistas de maior expressão contrários à vinda de imigrantes e mesmo preocupados com a presença de um grande número destes no Brasil. Surgiu em especial a idéia do “perigo alemão”, na qual procurar-se-ia transformar parte do país (principalmente os estados mais ao sul do Brasil) numa continuação do avanço imperialista alemão.

Com o advento do nazismo e da possível influência nacional-socialista do Terceiro Reich Alemão, o tema e o perigo de uma investida estrangeira no Brasil ressurgiu nos anos trinta com bastante força.

Segundo GERTZ (1987:78) não há comprovação para a tese de uma conspiração ou mesmo de um plano por parte da Alemanha em conquistar a América do Sul, e conseqüentemente o Brasil, ou pelo menos a parte sul do país.

Esta constatação, entretanto, não deve causar a impressão de que a ascensão nazista na Alemanha não tivesse despertado nenhuma atenção entre os teuto-brasileiros. Havia escritos que afirmavam que 80% da população do sul do Brasil eram nazistas. A própria campanha de nacionalização imposta pelo regime de Getúlio Vargas era uma medida coletiva que comprova que os próprios governantes brasileiros também pensavam desta maneira. E de fato, grande parte da bibliografia política e policial da época mostra que se partia do pressuposto de que quase a totalidade da população de origem alemã em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul era nazista (GERTZ, 1987:87).

É difícil precisar o número de teuto-brasileiros que aderiram ao programa nazista no Brasil. Segundo GERTZ (1987:86), especialmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, considerados focos em potencial de uma ação do Terceiro Reich, os números mostravam apenas um pequeno grupo organizado que realmente pertencia ao partido nazista local. “Estimativas apontam para um número entre 400 a 500 para o Rio Grande do Sul e, para Santa Catarina, deve-se admitir número semelhante, levando em conta a quantidade e o nível de grupos nazistas daquele Estado. No entanto, existiam mais de 25.000 indivíduos nascidos na Alemanha neste dois Estados”.

SCHARTZMANN (1984:146) destacou que “se foi verdade que muitos teuto-brasileiros se deixaram influenciar e empolgar pelos ensinamentos nazistas, a maior

parte da população mostrava-se avessa a aceitação da tutela de um partido político estrangeiro – o partido nazista era encarado como tal”.

Apesar do inexpressivo número de alemães e descendentes ligado ao nazismo no Brasil, na época do Estado Novo, qualquer ação ou representação vinda por parte dos alemães e seus pares poderia ser considerada como uma ameaça à integridade e soberania nacional. Como explicou GERTZ (1987:88) “qualquer traço cultural podia ser aproveitado na tentativa de comprovar nazismo entre os teutos” como falar alemão, ler um jornal em língua alemã, ser membro de uma sociedade recreativa cultural alemã, pertencer à Igreja Luterana.

Desta forma, apesar de não haver indícios que comprovassem uma ação nazista no Brasil, se levarmos em conta que havia uma longa tradição a respeito do “perigo alemão”, não chega a ser difícil compreender que ela fosse novamente avivada no Estado Novo e conseqüentemente no período da Segunda Guerra Mundial.

O temor do Estado brasileiro a respeito do chamado “perigo alemão” encontrou especialmente sustentação na pregação e manutenção de uma ideologia entre os imigrantes alemães e justamente na sua não compreensão por parte das autoridades brasileiras da época.

Para os teuto-brasileiros, um conceito expressava sua visão de nação e cidadania e revestia-se de uma importância muito grande para a conservação de certas tradições e heranças de seus antepassados. Este conceito era expresso principalmente pela palavra *Deutschtum*, que significa germanidade.

Desta forma, ao que parece havia, por parte dos alemães que vieram para o Brasil, bem como dos descendentes dos mesmos, a valorização de traços não somente de sangue, mas culturais, religiosos e étnicos. Segundo GERTZ (1987:93) havia por assim dizer “empenho pela conservação da pureza étnica, pela língua, por costumes e tradições alemãs”.

Os descendentes teutos consideravam-se também brasileiros, visto que entendiam poder conciliar perfeitamente a dicotomia ser alemão e ser brasileiro, não deixando de lado as tradições e a cultura herdada dos antepassados e trazidas para o Brasil pelos primeiros imigrantes e por eles cultivadas e, ao mesmo tempo, serem e sentirem-se brasileiros.

SCHARTZMANN (1984:159) destaca que os teuto-brasileiros “não tinham a menor dúvida em relação a sua fidelidade patriótica e muito menos da contribuição que ofereciam à formação da pátria brasileira. Consideravam-se patriotas e, em muitos casos, até mais comprometidos com o Brasil do que os luso-brasileiros”.

Por outro lado, este pensamento e ideologia enfatizados entre os teuto-brasileiros serviram como motivo de preocupação para as classes governamentais e quando Getúlio Vargas, com o Estado Novo, impõe o projeto de nacionalização, o conflito de interesses e idéias tende a entrar em choque entre o Estado e este grupo social.

O Estado Brasileiro via todas as formas de cultivo da germanidade e da consciência alemã como um perigo à integridade e ao processo de “abrasileiramento” de todos aqueles que residiam em solo brasileiro. Entendiam que os nacionalismos, o brasileiro e o alemão, não poderiam conviver pacificamente, ou seja, todos deveriam ser legitimamente brasileiros.

Entre as várias instituições que fomentaram e promoveram o cultivo e a prática da germanidade entre os teuto-brasileiros, coube à Igreja um papel de destaque, sendo atribuída a ela uma ligação estreita entre o ensino e a prática desta ideologia. SCHARTZMANN (1984:161) afirmou que a “religiosidade sempre foi um componente importante das tradições culturais alemãs”.

Neste sentido, atuavam entre os teuto-brasileiros, além da Igreja Católica também, em especial, sínodos luteranos. Segundo estatísticas elaboradas por Reinhard Maack, os teuto-brasileiros em termos religiosos dividiam-se por volta da década de 1930 da seguinte forma: “Cerca de 300.000 pessoas, ou seja, 30% da população alemã dos três estados do sul do Brasil, são católicos e cerca de 70% (621.000) pertencem a várias seitas protestantes, tais como a Igreja Evangélica Alemã, a chamada Missouri Synod e a um certo número de congregações livres”.

Mas qual era a compreensão efetiva das autoridades brasileiras no período da Segunda Grande Guerra a respeito do trabalho destes sínodos luteranos entre os teuto-brasileiros, pois, segundo DREHER (1994:87), o grande e maior grupo atingido pelo Estado Novo e sua proposta de nacionalização, principalmente pela suposta ligação com o nacional-socialismo do Terceiro Reich Alemão foi o evangélico luterano. MULLER (1994:70) confirma este pensamento apenas ressaltando que: “entre os descendentes alemães, os evangélicos foram mais atingidos do que os católicos e, entre os

evangélicos, os do Sínodo Riograndense mais do que os do Sínodo de Missouri, que eram tidos por mais brasileiros por sua origem americana do norte”.

Inicialmente é importante destacar que, em muitas situações, os sínodos luteranos e até o protestantismo em geral foram citados pelas autoridades brasileiras do Estado Novo de forma generalizada, sendo exatamente alvo das ações governamentais propostas através da Campanha de Nacionalização, que os colocava como possíveis e perigosos “súditos do Eixo”.

Góis Monteiro, por exemplo, em seu parecer sobre a importância da campanha de nacionalização de todos os estrangeiros que viviam no Brasil, elencou uma série de itens que, no seu entender, dificultavam a nacionalização. Um destes itens era justamente o papel e a influência que a Igreja exercia sobre os teuto-brasileiros. Góis Monteiro via e compreendia “a Igreja como colaboradora dos elementos estrangeiros”.

Da mesma forma, Dulphe Pinheiro Machado, em seu relatório sobre a nacionalização no sul do país, advertia para o perigo proveniente dos pastores ligados às igrejas luteranas, inclusive relacionando-os ao Partido Nacional-Socialista Alemão. “Como agentes imediatos, destacam-se os pastores protestantes, sendo a propaganda feita em igrejas evangélicas, as quais constituem [...] uma das vigas mestras do partido nacional socialista”.

E Pinheiro Machado vai mais longe em sua argumentação, lamentando o fácil acesso e a conseqüente instalação destes pastores protestantes nas zonas de colonização alemã no Brasil: “Declarando nos consulados brasileiros sua qualidade de religiosos conseguem penetrar no território nacional, com maiores facilidades na respectiva documentação ou, ainda, ingressam pelas nossas fronteiras, abertas por completo ao tráfego de indesejáveis”.

Também o chefe de polícia do Rio Grande do Sul, Aurélio da Silva Py, em seu famoso livro *A Quinta-Coluna no Brasil*, publicado no ano de 1942, informava que haveria dentro das igrejas protestantes um forte reduto do pensamento nacional idealizado pelo III Reich Alemão. “E fomos encontrar no Rio Grande, pois, um forte reduto da 5ª. Coluna nazi justamente dentro das igrejas protestantes e, em muitos casos, católicas, mas nestas já sob a forma nacionalizada do integralismo” (PY, 1942: 198).

Py reforça, em determinados momentos, de forma generalizada e indiscriminada, a crença de serem os pastores protestantes em potencial incentivadores do germanismo e

do nazismo no Brasil. “O pastor protestante, em geral, há muito foi transformado em tributo político, pregando muito mais pelo ‘Führer’ que por Deus. Ele misturou os princípios religiosos com postulados de natureza estritamente política, entremeou o Evangelho com o programa do N.S.D.A.P” (PY, 1942: 209).

DREHER (1994: 87) resume a compreensão que o Estado Brasileiro possuía em relação às igrejas luteranas. Em muitos casos “a Igreja Evangélica Luterana é ‘um entreposto cultural do nazismo’ ou ‘um trampolim nazista’”, segundo as autoridades brasileiras.

Mas será que todos os grupos luteranos no Brasil defendiam e incentivavam o germanismo e conseqüentemente o nazismo entre os teuto-brasileiros?

Entre os sínodos luteranos que se estabeleceram entre os teuto-brasileiros no Brasil, destaca-se o chamado Sínodo Riograndense. Desde o início do trabalho deste sínodo em solo brasileiro, ficou claro que a questão da etnicidade era de suma importância em seu meio.

Conforme DREHER (1981:92-93), o primeiro presidente do Sínodo Riograndense, Wilhelm Rotermund, no ano de 1916, defendia a importância da associação entre o discurso teológico promovido pelo Sínodo com o sentimento de ligação ao germanismo.

O cultivo da germanidade está no sangue e na alma da Igreja Evangélica, que com razão, foi designada de fruto da união do Evangelho com o germanismo. [...] Quem deixa de sentir e pensar evangelicamente, deixa de ser alemão, e vice-versa; quem nega a língua e a índole alemã, também se perderá para nossa Igreja.

Sob este prisma, podemos observar que advogava o Sínodo Riograndense a importância de se relacionar o papel da Igreja com a preservação da cultura, dos costumes e das tradições herdadas dos antepassados vindos da Alemanha, sentimento esse aflorado especialmente na década de 30, com o crescimento do nacionalismo naquele país. A ligação entre ambos deveria ser tão clara e direta que poderia se associar um ao outro. “O protestantismo nacionalista [...] enxergará na fidelidade dos crentes um compromisso com os interesses da nação e da cultura alemã. *Luthertum ist*

Deutschtum – ‘Luteranismo é germanidade’ dir-se-ia à época” (MAGALHÃES, 1998:172).

Essa posição, de extrema ligação entre o discurso eclesiástico e a premissa e defesa da germanidade, serviu de motivação para que um grande número de pastores do Sínodo Riograndense também estivesse ligado ao Partido Nazista no Brasil e à política nacional-socialista idealizada pelo III Reich Alemão. Essa política através do Partido Nazista no Brasil (NSDAP), segundo MAGALHÃES (1998:166) “exerceu uma tal influência no Sínodo Riograndense, que ele passará a contar com pelo menos dois terços do seu pastorado identificado àquela doutrina e filiado ao partido”.

É preciso, entretanto, que se diga que este apoio ao nacional-socialismo alemão não era compactuado por toda a liderança do Sínodo Riograndense, visto que o presidente do Sínodo na época, Rev. Dohms, conforme afirma DREHER (1981: 161) procurou manter o quanto mais possível afastado o sínodo das discussões a respeito da política do III Reich Alemão e de sua influência tanto no protestantismo alemão quanto no brasileiro.

Além do Sínodo Riograndense, outro ramo do luteranismo, a partir do ano de 1900, aportou em solo brasileiro, qual seja, o chamado Sínodo de Missouri, hoje Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), organizada por pastores luteranos provenientes dos Estados Unidos da América.

Ao menos oficialmente este sínodo possuía outra posição a respeito da questão do germanismo. Segundo defende GERTZ (1998:36), o Sínodo de Missouri foi a única instituição ligada aos teuto-brasileiros que não via como função sua a propagação do germanismo.

Estando o Sínodo de Missouri convocado para sua Convenção Nacional, entre os dias 24 a 31 de janeiro de 1937, em Porto Alegre/RS, este resolveu tomar uma posição oficial sobre a questão da etnicidade e da política. O primeiro secretário do Sínodo, Rev. H. Fiedler, publicou a resolução oficial do Sínodo de Missouri na Revista *Kirchenblatt*, de 15 de março de 1937.

1. Nossa Igreja reconhece a existência de etnia e o cultivo de coisas pertinentes ao povo (manutenção do idioma e dos costumes). Tais são assuntos da vida dos cidadãos e, portanto, atribuições do arranjo da vida em sociedade (governo, partido, associações, etc).

2. *A igreja como tal não tem o direito e a incumbência de praticar a etnicidade. Em vista disso, nossa igreja desaprova toda forma de etnicidade, como sendo missão sua, deixando-a entregue aos arranjos que o exercício da cidadania venha a criar. [...] De seus pastores e professores nossa igreja espera, evidentemente, que se abstenham de atividades políticas.*

Na verdade, o Sínodo de Missouri não proibia seus pastores de cultivarem traços do germanismo e, provavelmente, pastores ligados ao Sínodo participavam de clubes e associações ligadas ao *Deutschtum*. Entretanto, como vimos acima, entendia a Igreja que não caberia a eles, como representantes do Sínodo, utilizar-se do discurso eclesiástico para defender a germanidade.

Tal concepção de separação entre questões religiões e políticas e étnicas, baseava-se na chamada *Doutrina dos dois reinos em Lutero*, segundo o qual, no entender das lideranças do Sínodo de Missouri, o reformador protestante havia feito, em seus escritos, uma nítida separação entre funções seculares e religiosas. (MARLOW, 2006:92).

Apesar desta tentativa de mostrar neutralidade na questão do germanismo e do apoio à política nacional socialista do III Reich alemão por parte do Sínodo de Missouri, torna-se evidente que esse posicionamento, a princípio, não ficou nítido para as autoridades brasileiras da época.

O fato de trabalharem, especialmente, entre os teuto-brasileiros e de falarem em suas prédicas e demais atividades eclesiásticas quase que exclusivamente em língua alemã, pois conforme afirma REHFELDT (2003: 143), na década de 1930, ainda 85% das atividades do Sínodo de Missouri no Brasil eram realizados em língua alemã, sem sombra, de dúvida colaborou e muito para a compreensão que as autoridades brasileiras tinham a seu respeito.

Da mesma forma como o Sínodo Riograndense, também autoridades brasileiras entendiam que havia uma relação entre as atividades da Igreja Luterana do Sínodo de Missouri com as propostas do Nacional-Socialismo Alemão e com o germanismo. Isso fica bastante evidente na declaração do Dr. Plínio Brasil Milano – Delegado da Ordem Policial e Social, em Porto Alegre/RS, na data de 28 de setembro de 1942.

Relativamente a Igreja Luterana do Brasil Não há ligação direta entre essa instituição de caráter religioso e o Partido Nacional Socialista Alemão. Não obstante, indiretamente, o exame dessa situação oferece um ponto de contato de relevante importância. É que tanto o Partido Nazista como a Igreja alemã (e a Igreja Luterana é alemã) propugnam pelo que se pode chamar Germanismo, ou seja, a predominância de tudo o que é alemão. O caso concreto que está sob vistas desse D.P., é um exemplo dessa afirmação. Os brasileiros implicados, inclusive aquele cujo desenvolvimento cívico deveria ser necessariamente mais desenvolvido, possuem mentalidade 100% alemã como produto de uma obra germanizadora desenvolvida no meio social-religioso em que sempre viveram (comunidades luteranas). O culto aos costumes alemães, à língua, à cultura, etc. constituem caminhos diretos à germanização dos descendentes de alemães. E este procedimento constitui uma das principais tarefas do nazismo.

Desta forma, também a Igreja Luterana – Sínodo de Missouri sofreu as conseqüências de sua relação, mesmo que aparentemente não se colocando como defensora do germanismo, visto o uso da língua alemã e de sua atuação efetiva entre os teuto-brasileiros.

REHFELDT (2003:145) nos apresenta o número de pastores ligados ao Sínodo de Missouri que sofreram sanções ou mesmo foram aprisionados no período da nacionalização.

Em alguns casos, aconselhamento privado em língua alemã levou ao aprisionamento e a determinação de não se pregar nem mesmo em português. Sete pastores foram proibidos de pregar em qualquer língua. Dezenove pastores foram presos e passaram períodos diferentes na prisão. Catorze pastores tiveram suas bibliotecas tomadas e queimadas porque alguns dos seus livros eram em alemão.

Ao falar em números, REHFELDT (2003:140) destaca a diminuição tanto do número de escolas do Sínodo como o número de alunos.

Dentro do período de um ano, 1938, o Sínodo de Missouri teve que fechar vinte e quatro de suas 139 escolas paroquiais, a maioria no Espírito Santo e em Santa Catarina, geralmente

porque os pastores ou professores que lecionavam não eram brasileiros natos. [...] Em 1939 outra vez várias escolas paroquiais tiveram de ser fechadas devido a rigorosos decretos federais. Em 1940 o número total de escolas do Sínodo de Missouri no Brasil diminuiu para noventa e nove e em 1941 para noventa e uma. O número total de estudantes matriculados nas escolas paroquiais decresceu de 4.159 em 1937 para 3.554 em 1941.

Desta forma, pode-se chegar a duas importantes conclusões quanto a tentativa de se compreender o pensamento das autoridades brasileiras a respeito dos luteranos no período da Segunda Guerra Mundial. Em primeiro lugar, para estas autoridades todos os luteranos, independente do grupo a que pertencessem, possuíam igual pensamento e necessidade de vigilância, pois, sem sombra de dúvida constituíam em perigosos, ou ao menos possíveis “súditos do Eixo”. Não havia por parte das autoridades um real conhecimento sobre o pensamento dos grupos distintos do luteranismo brasileiro da época.

Ao mesmo tempo, uma segunda conclusão que se chega é que, para as autoridades brasileiras da época, o binômio luterano e germanismo estava associado de maneira irrestrita, ou seja, toda a instituição, inclusive a Igreja Luterana – Sínodo de Missouri, mesmo que oficialmente declara-se posição contrária, era um fervoroso defensor do germanismo, um potencial aliado do nacional-socialismo alemão e, no mínimo, um perigo à proposta de “abrasileiramento” orquestrada pelo Governo Vargas.

Referências Bibliográficas:

Fontes Primárias:

Artigo de Reinhard Maack. “Os alemães no Sul do Brasil: ponto de vista alemão” – Arquivo Gustavo Capanema. CG 34.11.30, 11/07/1939. FGV-CPDOC.

Campanha de nacionalização. Ofício reservado n.º. 4, de 24 de janeiro de 1938, do Chefe do Estado-maior do Exército ao Ministro da Guerra (assinado por Góis Monteiro). Arquivo Gustavo Capanema. GC 34.11.30. FGV – CPDOC.

Depoimento do Dr. Plínio Brasil Milano – Delegado da Ordem Policial e Social, em Porto Alegre/RS, na data de 28 de setembro de 1942. Processo n.º. 20.898, no Superior Tribunal Militar, Brasília/DF.

Evangelisch-Lutherisches Kirchenblatt fuer Sudamerika. 15 de março de 1937. Tradução de Edgar Rudi Müller. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

PY, Aurélio da Silva. **A 5ª. Coluna no Brasil: a conspiração Nazi no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1942.

Relatório do Dr. Dulphe Pinheiro Machado: Inspeção de que foi incumbido por S.Exa. o Sr. Ministro da Educação e Saúde ao sul do país. Arquivo Gustavo Capanema, CG 34.10.30. FGV – CPDOC.

Fontes Secundárias:

DREHER, Martim. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo : Sinodal, 1981.

_____. O Estado Novo e a Igreja Evangélica Luterana. In.: SIMPÓSIO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ. 10., 1994, São Leopoldo. **Nacionalização e imigração**. São Leopoldo, Editora Unisinos, 1994.

GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil: Germanismo, nazismo e integralismo**. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René. **O perigo alemão**. 2. ed. Porto Alegre : Editora da Universidade UFRGS, 1998.

MAGALHÃES, Marionilde B. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas : Editora da Unicamp, 1998.

MARLOW, Sergio L. **Nacionalismo e Igreja: a Igreja Luterana – Sínodo de Missouri nos “porões” do Estado Novo**. Vitória: 2006. Dissertação de Mestrado não publicada.

MULLER, Telmo L. A nacionalização e a escola teuto-brasileira evangélica. In.: SIMPÓSIO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ. 10., 1994, São Leopoldo. **Nacionalização e imigração**. São Leopoldo : Editora Unisinos, 1994.

OLIVEIRA, Lúcia O. **Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2001.

REHFELDT, Mário. **Um grão de mostarda: A história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil**. vol. 1, Porto Alegre : Concórdia, 2003.

SCHWARTZMANN, Simon et alli **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.